

## LEI Nº 25/2010

**AUTORIZA, FIXA E DISCIPLINA O PAGAMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL DE PEQUENO VALOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Autor - Poder Executivo

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Serão considerados de pequeno valor os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, no Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, com valor igual ou inferior a quinze (15) salários-mínimos (Emenda Constitucional nº 62/2009).

§ 1º O valor estabelecido neste artigo refere-se ao crédito total da sentença condenatória transitada em julgado.

§ 2º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, da forma prevista no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal nas mesmas condições estabelecidas para pagamento dos precatórios judiciais de pequeno valor.

§ 3º A renúncia deverá ser formulada por escrito, por meio de pedido dirigido à Secretaria de Finanças e poderá ser deferida, após análise da disponibilidade financeira e orçamentária.

§ 4º Deferida a renúncia e homologada em juízo, o pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias, a contar da publicação da sentença homologatória.

**Art. 2º** Os precatórios já existentes, que se enquadrem no disposto pelo artigo anterior, subordinam-se também a pagamento nos termos desta Lei.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições da Lei Municipal nº 72/2005.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 04 (QUATRO) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2010.

Valter Pereira da Rocha  
Prefeito Municipal

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 03/07/2017*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*